



Contratação - 38/24  
Solicitação 84/24

Processo N° 84.24

Folha N° 01

Assinatura

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO**  
**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD** 112/23

<b>Requisitante:</b> Vereador Julio Cesar Ribeiro	<b>Data:</b> 05/07/2024
<b>Objeto:</b> 1. : Contratação de uma (01) inscrição para o Curso Orçamento Municipal no Último Ano de mandato, que será realizado dos dias 16 a 19 de Julho de 2024 no Ceap Brasil na cidade de Florianópolis – SC. Requisitante: Julio Cesar Ribeiro da Silva	
<b>Objeto trata-se:</b> <input type="checkbox"/> Aquisição de bens. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço não continuado. <input type="checkbox"/> Serviço continuado.	
<b>Justificativa:</b> Fundamentos do Orçamento Municipal: Revisão dos Conceitos básicos e estrutura do orçamento público. Detalhes da LoA e LDO como analisar e interpretar a Lei orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes orçamentárias. Proposição e Gestão de Emendas métodos para desenvolver e gerenciar Emendas orçamentárias eficazes. Fiscalização do Orçamento Técnicas para monitorar a execução do orçamento. Impacto das Eleições no Orçamento, compreender como o período eleitoral pode afetar a alocação e gestão de recursos municipais. Compliance e Transparência Durante períodos eleitorais: Ferramentas para assegurar a transparência e evitar o uso indevido de recursos publicos em contexts eleitorais. Preparação para Auditorias: Estratégias para enfrentar avaliações externas e manter a integridade financeira antes e depois das eleições.	
1. <b>Quantidade de material / serviço a ser contratada:</b> 01 ( uma ) inscrição.	
1. <b>Previsão de data de entrega ou contratação:</b> Realização nos dias 16 a 19 de Julho de 2024 no Ceap Brasil em Florianópolis – SC, CNPJ 46.415.417/0001-16.	
2. <b>Valor Estimado:</b> Valor Unitário: 1.590,00 Valor Total: 1590,00 Fonte: Orçamento em anexo.	

Requerente



Processo N°	84 / 24
Folha N°	02
Assinatura	<i>[Handwritten Signature]</i>

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO**  
**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD**

Requisitante: Vereador Renato Ferreira	Data: 05/07/2024
<b>Objeto:</b> 1. : Contratação de uma (01) inscrição para o Curso Orçamento Municipal no Último Ano de mandato, que será realizado dos dias 16 a 19 de Julho de 2024 no Ceap Brasil na cidade de Florianópolis – SC. Requisitante: Renato Ferreira	
<b>Objeto trata-se:</b> <input type="checkbox"/> Aquisição de bens. <input checked="" type="checkbox"/> Serviço não continuado. <input type="checkbox"/> Serviço continuado.	
<b>Justificativa:</b> Fundamentos do Orçamento Municipal: Revisão dos Conceitos básicos e estrutura do orçamento público. Detalhes da Loa e LDO como analisar e interpretar a Lei orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes orçamentárias. Proposição e Gestão de Emendas métodos para desenvolver e gerenciar Emendas orçamentárias eficazes. Fiscalização do Orçamento Técnicas para monitorar a execução do orçamento. Impacto das Eleições no Orçamento, compreender como o período eleitoral pode afetar a alocação e gestão de recursos municipais. Compliance e Transparência Durante períodos eleitorais: Ferramentas para assegurar a transparência e evitar o uso indevido de recursos públicos em contextos eleitorais. Preparação para Auditorias: Estratégias para enfrentar avaliações externas e manter a integridade financeira antes e depois das eleições.	
1. <b>Quantidade de material / serviço a ser contratada:</b> 01 ( uma ) inscrição.	
1. <b>Previsão de data de entrega ou contratação:</b> Realização nos dias 16 a 19 de Julho de 2024 no Ceap Brasil em Florianópolis – SC. CNPJ 46.415.417/0001-16.	
2. <b>Valor Estimado:</b> Valor Unitário: 1.590,00 Valor Total: 1590,00 Fonte: Orçamento em anexo.	

*Renato Ferreira*  
Requerente



Processo N°	84, 24
Folha N°	03
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO**  
**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD**

Requisitante: Vereador Antônio Paulo Machado	Data: 05/07/2024
--	------------------

**Objeto:**

1. : Contratação de uma (01) inscrição para o Curso Orçamento Municipal no Último Ano de mandato, que será realizado dos dias 16 a 19 de Julho de 2024 no Ceap Brasil na cidade de Florianópolis – SC.

Requisitante: Antônio Paulo Machado

**Objeto trata-se:**

- ( ) Aquisição de bens.  
( x ) Serviço não continuado.  
( ) Serviço continuado.

**Justificativa:** Fundamentos do Orçamento Municipal: Revisão dos Conceitos básicos e estrutura do orçamento público. Detalhes da LoA e LDO como analisar e interpretar a Lei orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes orçamentárias. Proposição e Gestão de Emendas métodos para desenvolver e gerenciar Emendas orçamentárias eficazes. Fiscalização do Orçamento Técnicas para monitorar a execução do orçamento.

Impacto das Eleições no Orçamento, compreender como o período eleitoral pode afetar a alocação e gestão de recursos municipais.

Compliance e Transparência Durante períodos eleitorais: Ferramentas para assegurar a transparência e evitar o uso indevido de recursos públicos em contextos eleitorais.

Preparação para Auditorias: Estratégias para enfrentar avaliações externas e manter a integridade financeira antes e depois das eleições.

1. **Quantidade de material / serviço a ser contratada:** 01 ( uma ) inscrição.

1. **Previsão de data de entrega ou contratação:** Realização nos dias 16 a 19 de Julho de 2024 no Ceap Brasil em Florianópolis – SC. CNPJ 46.415.417/0001-16.

2. **Valor Estimado:** Valor Unitário: 1.590,00  
Valor Total: 1590,00  
Fonte: Orçamento em anexo.

*[assinatura]*

Requerente



Processo N°	84 / 24
Folha N°	04
Assinatura	

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO**  
**SOLICITAÇÃO DE COMPRAS \_\_\_\_\_**

Requisitante: Amaro Jerônimo Vanti De Azevedo      Data: 09/07/2024

**Objeto:**

Contratação de uma inscrição para o curso Orçamento Municipal no ultimo ano de mandato, será realizado dos dias 16 á 19 de julho de 2024 no CEAP Brasil na cidade de Florianópolis/SC. *-> Amara Azevedo.*

**Objeto trata-se:**

- ( ) Aquisição de bens.  
( x ) Serviço não continuado.  
( ) Serviço continuado.

**Justificativa:**

Fundamentos do Orçamentos Municipal: Revisão dos Conceitos Básicos e Estrutura do Orçamento Publico. Detalhes da LOA e LDO como analisar e interpretar a Lei Orçamentaria Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentarias. Proposição e Gestão de Emendas metodos para desenvolver e gerenciar Emendas Orçamentarias eficazes. Fiscalização do orçamento Técnicas para monitorar a execução do Orçamento. Impacto das Eleições no orçamento, compreender como o periodo eleitoral pode afetar a alocação e gestão de recursos municipais. Compliance e transparência durante periodos eleitorai; Ferramentas para assegurar a transparencia e evitar o uso indevido de recursos publicos contextos eleitorais. Preparação para auditorias: estrategias para enfrentar avaliações externas e manter a integridade financeira antes e depois das eleições.

**Quantidade de material / serviço a ser contratada:**

Uma inscrição

**1. Previsão de data de entrega ou contratação:**

Realização nos dias 16 a 19 de julho de 2024 no CEAP Brasil na cidade de Florianópolis/SC.  
CNPJ 46.415.417/0001-16.

**2. Valores prévios:**

Valor Unitário: R\$ 1.590,00  
Valor Total : R\$ 1.590,00  
Fonte: Orçamento em anexo

Requerente



Centro de Estudos da Administração Pública

# Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato

16 a 19 de Julho


Florianópolis - SC

# Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato

15 a 19 de Julho

Florianópolis - SC

## Quem será sua Professora?

Processo N°	84.24
Folha N°	06
Assinatura	



### Gabriela Schelp

Advogada, consultora legislativa, pós graduada em direito "lato sensu" pela Escola da Magistratura de Santa Catarina ESMESC, e em Direito Eleitoral pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/MG. Foi assessora parlamentar no legislativo estadual, professora e palestrante na área do Direito Público, Autora do Manual da Mulher Parlamentar e Coidealizadora do Encontro de Mulheres Parlamentares


## O que você vai aprender?

- **Fundamentos do Orçamento Municipal:** Revisão dos conceitos básicos e estrutura do orçamento público.
- **Detalhes da LOA e LDO:** Como analisar e interpretar a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- **Proposição e Gestão de Emendas:** Métodos para desenvolver e gerenciar emendas orçamentárias eficazes.
- **Fiscalização do Orçamento:** Técnicas para monitorar a execução do orçamento e garantir conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- **Impacto das Eleições no Orçamento:** Compreender como o período eleitoral pode afetar a alocação e gestão de recursos municipais.
- **Compliance e Transparência Durante Períodos Eleitorais:** Ferramentas para assegurar a transparência e evitar o uso indevido de recursos públicos em contextos eleitorais.
- **Preparação para Auditorias:** Estratégias para enfrentar avaliações externas e manter a integridade financeira antes e depois das eleições.

**GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!**

(48) 3204-6843  
(48) 99665-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
www.ceapbrasil.com

 **Ceap Brasil**  
Centro de Estudos e Administração Pública

# Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato

16 a 19 de Julho

Florianópolis - SC

Processo Nº 84.24  
Folha Nº 07  
Destinatário



## Público Alvo

- Vereadores,
- Assessores, Procurador,
- Contador,
- Controle Interno,
- Ouvidor,
- Diretor de Câmara,
- Chefe de Gabinete;
- Secretários;
- Equipe da Assessoria do Legislativo Municipal.
- Servidores Públicos em geral e demais interessados no objeto de estudo.



## Data

16 a 19 de Julho



## Diferenciais

- Kit do aluno (Pasta, caneta e apostila impressa);
- 30 dias de consultoria gratuita após o evento;
- Coffe Break em todos os dias de evento;
- Atividades práticas com foco na metodologia ABP - Aprendizagem Baseada em Problemas



## Carga Horária

20H



## Local


Castelmar Hotel e Eventos

R. Felipe Schmidt, 1260 - Centro,  
Florianópolis - SC, 88010-002

GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!

(48) 3204-6843  
(48) 99665-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
www.ceapbrasil.com

 CeapBrasil

# Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato

16 a 20 de Julho

Ferianópolis - SC

## Programação

16/07/2024 - Terça-Feira - 14h às 17h30h

- Credenciamento e entrega de materiais

17/07/2024 - Quarta-Feira - 08h às 12h

### Módulo 1: Fundamentos do Orçamento Municipal

- **Introdução ao Orçamento Municipal:** Revisão dos conceitos fundamentais de orçamento público.
- **Relação entre LOA, LDO e PPA:** Entendimento de como esses documentos se interligam.
- **Papel da LOA no Ciclo Orçamentário:** Exploração da função da Lei Orçamentária Anual.
- **Análise da LOA 2025:** Detalhes específicos sobre o que esperar e como analisar.
- **Importância da LDO Aprovada:** Implicações das diretrizes aprovadas para o orçamento.
- **Planejamento e Priorização de Gastos:** Estratégias para priorizar despesas dentro da LOA.


17/07/2024 - Quarta-Feira - 14h às 17h30h

Atividade Eletiva: Consultoria com Professores

18/07/2024 - Quinta-Feira - 08h às 12h

### Módulo 2: Dinâmicas de Emendas e Fiscalização


- **Tipos de Emendas Orçamentárias:** Características e finalidades das emendas impositivas, de bancada e outras.
- **Processo de Proposição de Emendas:** Como elaborar e propor emendas eficazes.

Processo N°	84/24
Folha N°	08
Assinatura	

**GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!**

(48) 3204-6843  
(48) 99665-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
www.ceapbrasil.com

 **Ceap Brasil**

Centro de Estudos do Orçamento Público



# Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato

16 a 19 de Julho

Florianoópolis - SC

## Programação

processo N°	81/24
folha N°	09
assinatura	[assinatura]

- **Fiscalização do Orçamento Aprovado:** Técnicas para fiscalizar a implementação do orçamento.
- **Lei de Responsabilidade Fiscal no Contexto Municipal:** Revisão de requisitos e implicações.
- **Impacto das Emendas na Gestão Municipal:** Como as emendas alteram a alocação de recursos.
- **Debate sobre Casos Práticos:** Exemplos reais de gestão de emendas e seus resultados.

18/07/2024 - Quinta-Feira - 14h às 17h30h

Atividade Eletiva: **Consultoria com Professores**

19/07/2024 - Sexta-Feira - 08h às 12h


**Módulo 3: Gestão Orçamentária e Implicações Eleitorais**

- **Restrições Orçamentárias Durante o Período Eleitoral:** Regras e limites para gastos públicos.
- **Impacto das Eleições no Orçamento Municipal:** Como as campanhas e mudanças políticas podem influenciar o orçamento.
- **Monitoramento e Compliance Eleitoral no Uso de Recursos:** Prevenção de uso indevido de recursos públicos em campanhas.
- **Planejamento Estratégico para Manter a Estabilidade Fiscal:** Estratégias para assegurar a saúde fiscal antes e após as eleições.
- **Ferramentas de Transparência e Controle Social:** Mecanismos para aumentar a transparência durante o período eleitoral.
- **Preparação para Auditorias e Avaliações de Conformidade:** Importância de estar preparado para avaliações externas durante e após o período eleitoral.

GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!

(48) 3204-6843  
(48) 99665-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
www.ceapbrasil.com

 **Ceap Brasil**  
Centro de Estudos em Administração Pública

# Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato

18 a 19 de Julho

Florianópolis - SC

Processo N°	84,24
Folha N°	10
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>



## Investimento

Consulte as Condições Especiais para Grupos do Mesmo Órgão com nossos Consultores.

### Incluso:

- Kit do aluno (Pasta, caneta e apostila impressa);
- Coffee Break em todos os dias do curso.
- Certificado de Conclusão impresso para quem atingir no mínimo 75% de frequência




## Garantia CEAP

Devolvemos 100% do valor investido nas inscrições do evento caso o participante entenda que não atendemos as suas expectativas. Garantia registrada em cartório. Compromisso assumido com o bom uso dos recursos públicos.

**GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!**

(48) 3204-6843  
(48) 99665-7706

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
www.ceapbrasil.com

 **CeapBrasil**  
Centro de Estudos e Análises de Políticas Públicas

## Comprovante de Inscrição

Processo N°	81/24
Folha N°	01
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

Confirmamos a inscrição de Amaro Jerônimo Vanti Azevedo da Câmara Municipal de São Jerônimo – RS CNPJ: 88.364.997/0001-00 para participação no curso **"Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato"**, que será realizado em Florianópolis - SC dos dias 16 a 19 de julho de 2024.

O valor da inscrição no curso é de **R\$1.390,00 (Mil trezentos e noventa reais)** por pessoa.

No valor está incluso material didático, consultoria específica durante 30 dias + oportunidade de tirar dúvidas com nossos professores especialistas sempre que preciso, e Coffe break.

Informamos que cancelamentos são permitidos em até 48h antes do início do curso.

Atenciosamente,

**Talia Prado**

**Consultora Comercial CEAP BRASIL**

Florianópolis, 10 de julho de 2024.

## Comprovante de Inscrição

Processo N° 84.24

Folha N° 12

Assinado

Confirmamos a inscrição de Júlio Cesar Ribeiro, José Henrique Krug, Antônio Paulo Machado e Renato de Ferreira da Câmara Municipal de São Jerônimo – RS CNPJ: **88.364.997/0001-00** para participação no curso "Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato", que será realizado em Florianópolis - SC dos dias 16 a 19 de julho de 2024.

O valor da inscrição no curso é de **R\$1.390,00 (Mil trezentos e noventa reais)** por pessoa.

No valor está incluso material didático, consultoria específica durante 30 dias + oportunidade de tirar dúvidas com nossos professores especialistas sempre que preciso, e Coffe break.

Informamos que cancelamentos são permitidos em até 48h antes do início do curso.

Atenciosamente,

**Talia Prado**

**Consultora Comercial CEAP BRASIL**

Florianópolis, 08 de julho de 2024.

**GARANTA JÁ A SUA INSCRIÇÃO!**

(48) 3204-6843  
(48) 3204-7194

comercial.sc01@ceapbrasil.com  
@ceapbrasil

**Nós Transformamos Gestores  
Públicos em Agentes de Mudança**

## DECLARAÇÃO

O CEAP BRASIL – Soluções Educacionais para Gestão Pública Limitada declara que sua notória especialização é visível de conhecimento público nos Estados em que atua de forma regular, contando com muitos anos de experiência, já tendo tido milhares de alunos espalhados em mais de 7 estados, realizando mensalmente cursos presenciais e EAD em quatro capitais, sempre formando e capacitando agentes públicos, tendo sua qualificação comprovada pelos diversos atestados de capacidade técnica emitidos por Prefeituras e Câmaras Municipais,

Destaca-se ainda que o Coordenador Acadêmico Nacional, responsável direto pela supervisão técnica, possui formação e experiência ampla, sendo que seu currículo completo pode ser acessado na plataforma Lattes<sup>1</sup>, merecendo destacar:

Prof. Leonardo Militão Abrantes

- o Doutor em Filosofia do Direito
- o Mestre em Administração Pública
- o Especialista em Direito Municipal
- o Professor com experiência nos níveis de Mestrado, Especialização, Extensão e Graduação
- o Autor de 5 livros com ISBN e diversos artigos em revistas especializadas
- o Participação em diversas Bancas de Doutorado, Mestrado, TCC e de concursos públicos.



ERIK ALVES CARDOSO

**46 415 417/0001 - 16**  
CEAP BRASIL Soluções Educacionais para  
Gestão Pública Limitada  
Av. Rio Branco, 404 - Sala 1203  
CENTRO - CEP 88015 - 203  
FLORIANÓPOLIS - SC



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**

**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ N.º 80.789.548/0001-00



## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa CEAP BRASIL Soluções Educacionais para Gestão Pública Limitada, inscrita sob o CNPJ 46.415.417/0001-16, possui competência técnica na prestação de serviços de capacitação e treinamento para administração pública.

A empresa já capacitou e treinou representantes desta Casa Legislativa, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade das capacitações realizadas, as quais se expõem abaixo:

- Nova Lei de Licitações – 14h (Realizado em Março/2023)

Rio Negro/PR, 10 de Outubro de 2023

Wilson Mendes Junior  
Diretor Administrativo Financeiro

Processo Nº 84 24  
Folha Nº 29  
Data 10/10/23

Rua Dr. Vicente Machado, 148 – Fone: (047) 3641-7400  
CEP: 83.880-000 – Centro – Rio Negro – Paraná.

Email: [cmrn@camaraderionegro.pr.gov.br](mailto:cmrn@camaraderionegro.pr.gov.br)

[www.camaraderionegro.pr.gov.br](http://www.camaraderionegro.pr.gov.br)



# Câmara Municipal de Planura

## ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Sacramento, 111, Centro - Planura-MG CEP: 38220-000 Tel: (34) 3427-2101  
www.planura.mg.leg.br camara@planura.mg.leg.br


### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA


Atestamos para os devidos fins, que a empresa CEAP BRASIL Soluções Educacionais para Gestão Pública Limitada, inscrita sob o CNPJ 46.415.417/0001-16, possui competência técnica na prestação de serviços de capacitação e treinamento para administração pública.

A empresa já capacitou e treinou representantes desta casa legislativa, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade das capacitações realizadas, as quais se expõem abaixo:

- Nova Lei de Licitações – 14h (Realizado em Agosto/2022)

Planura/MG, 02 de Setembro de 2022

  
**Hueliton Rodrigues da Silva**  
Presidente da Mesa Diretora  
Biênio 2021-2022

Processo N°	84.24
Folha N°	15
	



**CÂMARA MUNICIPAL DE RIO NEGRO**

**ESTADO DO PARANÁ**

CNPJ N.º 80.789.548/0001-00



Processo N.º	84.24
Folha N.º	16
Assinatura	<i>[Handwritten Signature]</i>

## **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa CEAP BRASIL Soluções Educacionais para Gestão Pública Limitada, inscrita sob o CNPJ 46.415.417/0001-16, possui competência técnica na prestação de serviços de capacitação e treinamento para administração pública.

A empresa já capacitou e treinou representantes desta Casa Legislativa, não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho e que cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade das capacitações realizadas, as quais se expõem abaixo:

- Nova Lei de Licitações – 14h (Realizado em Março/2023)

Rio Negro/PR, 10 de Outubro de 2023

Wilson Mendes Junior  
Diretor Administrativo Financeiro

Rua Dr. Vicente Machado, 148 – Fone: (047) 3641-7400

CEP: 83.880-000 – Centro – Rio Negro – Paraná.

Email: [cmrn@camaraderionegro.pr.gov.br](mailto:cmrn@camaraderionegro.pr.gov.br)

[www.camaraderionegro.pr.gov.br](http://www.camaraderionegro.pr.gov.br)





## PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

Criação: 25/01/61 - Instalação: 09/11/1961 - CNPJ: 76.105.568/0001-39  
Avenida Dom Pedro II nº 110 - Centro - 83.420-000 - Quatro Barras - Paraná  
Fone: (41) 3671-8800 - www.quatrobarras.pr.gov.br  
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins exclusivo de licitação que a empresa **CEAP TREINAMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL LTDA, CNPJ DE Nº 46.415.471/0001-16**, com sede na Av. Osvaldo Rodrigues Cabral, nº 1570, Centro, Florianópolis/SC - CEP: 88.015-710, prestou os serviços de capacitação para realização de curso in Compay sobre a nova Lei de Licitações e Contratos com demonstração de exemplos dinâmicos e sua implantação, conforme as Inexigibilidades de nº 11 e de nº 37/2022, sendo que todos os serviços foram prestados no prazo estabelecido na cotação encaminhada pela empresa.

Atestamos que tal prestação de serviço foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Quatro Barras, 20 de outubro de 2022.

Por se verdade e sem mais para o momento, firmo a presente declaração.

*Loana Cavalli da Conceição*

**Loana Cavalli da Conceição**

Secretária

RG. 8.029.328-3

Matrícula 2276

Processo Nº	84, 24
Folha Nº	7
Assinatura	<i>[assinatura]</i>




PREFEITURA MUNICIPAL DE OURIZONA  
E-mail: licitacao@ourizona.pr.gov.br - CNPJ: 76.282.672/0001-07  
Rua Bela Vista, 1.014 - Fone: (44) 3278-1591 3278-1592 - (44) 98808-2630  
Cep: 87.170-000 - Ourizona - Paraná

### ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de prova, aptidão de desempenho e execução, que a empresa **CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS GESTAO PUBLICA LTDA**, contratada através do processo de inexigibilidade sob nº 25/2022, contrato 109/2022, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES INCLUSO CAPACITAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS**, cumpriu e vem cumprindo fielmente com suas obrigações, nada constando que desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Ourizona - PR, 13 de janeiro de 2023.

  
\_\_\_\_\_  
Marcia Schinaider  
Departamento de Licitações

76.282.672/0001-07  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE OURIZONA  
RUA BELA VISTA, S/N - CENTRO  
CEP 87.170-000 - OURIZONA - PR

Processo Nº 84, 24

data Nº 18

assinatura 



Processo N° 84.24

Folha N° 19

Assinatura

## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

## Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

## Dados do Fornecedor

CNPJ: 46.415.417/0001-16  
Razão Social: CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 30/11/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Micro Empresa

## Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vinculo com "Serviço Público": Nada Consta

## Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com \*\*\* está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

## I - Credenciamento

## II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

## III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	23/11/2024	Automática
FGTS	Validade:	20/07/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	26/11/2024	Automática

## IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/01/2024 (*)
Receita Municipal	Validade:	08/03/2024 (*)

## V - Qualificação Técnica

**CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO**

**DANFPS-E**

AVENIDA RIO BRANCO, 404 , SALA 1203  
CENTRO - FLORIANÓPOLIS - SC - 88.015-203  
CNPJ: 46.415.417/0001-16  
CMC: 616.799-3

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica

Numero: 2988

Autorização: 1254922

Emissão: 27/06/2024

Código de Verificação: 18E9-DD58-8FA7-0B77



**Dados do Tomador**

REGIMERAÇÃO SOCIAL

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA SC

CNPIS

9205

ENDEREÇO

RUA 7 DE SETEMBRO, -

BAIRRO/DISTRITO

CEP

89.683-000

MUNICÍPIO

Ponte Serrada

UF

SC

País

BRASIL

CPF/CNPJ/Doutos

76.501.004/0001-40

CMC

**Dados do(s) serviço(s)**

Cód. Atividade	(Descrição CNAE) Descrição do Serviço	CST	Aliq.	Valor Unitário	Qtde	Valor Total
8599604	(TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL) REFERENTE A PARTICIPAÇÃO DE EVANDRO PAVAN E EDIVAN ANTONIO PANIZZI NO CURSO DE MASTERCLASS PRÉ - ELEIÇÃO AVALIAÇÃO DO MANDATO, LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PAUTAS PARA O ENCERRAMENTO DE MANDATO QUE OCORREU ENTRE OS DIAS 25 A 28 DE JUNHO DE 2024 EM FLORIANÓPOLIS/SC.	1	0,00	R\$ 1.490,00	2	R\$ 2.980,00

**Cálculo do Imposto**

Base de Cálculo de ISSQN	Valor do ISSQN	Base de Cálculo ISSQN Subst.	Valor do ISSQN Subst.	Valor Total (com Serviços)
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.980,00

**Dados adicionais**

Optantes pelo Simples Nacional. IN RFB nº 1234/2012.

DANFPS E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

A VALIDADE E AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELETRÔNICA PODERÃO SER COMPROVADAS MEDIANTE CONSULTA À PÁGINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEMF NA INTERNET, NO ENDEREÇO [portal.pmf.sc.gov.br/sistemaeletronico](http://portal.pmf.sc.gov.br/sistemaeletronico), EM VERIFICAR AUTENTICIDADE >> PRODUÇÃO, INFORMANDO O CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 18E9DD588FA70B77 E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO EMITENTE NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍTES - CMC: 6167993

Código N°

84,24

Data N°

20

*[Handwritten signature]*

**CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO**

AVENIDA RIO BRANCO, 404 , SALA 1203  
CENTRO - FLORIANÓPOLIS - SC - 88.015-203  
CNPJ: 46.415.417/0001-16  
CMC: 616.799-3

**DANFPS-E**

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica  
Número: 2994  
Autorização: 1254922  
Emissão: 27/06/2024  
Código de Verificação: 0696-98A3-5709-8A14



**Dados do Tomador**

FORMEIRAÇÃO SOCIAL

CAMARA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE SC

CFPS  
9205

ENDEREÇO

Americindo da Silva Calomeno, 330 -

BAIRRO/DISTRITO

CEP  
89.535-000

MUNICIPIO

Ponte Alta do Norte

UF  
SC

País  
BRASIL

CPF/CNPJ/Outros  
10.295.218/0001-74

CMC

**Dados do(s) serviço(s)**

Cód. Atividade	(Descrição CNAE) Descrição do Serviço	CST	Aliq.	Valor Unitário	Qtd	Valor Total
8599604	(TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL) REFERENTE A PARTICIPAÇÃO DE MICHEL MOREIRA DA SILVA E JOAO UBIATARA DA SILVA NO CURSO DE MASTERCLASS PRÉ - ELEIÇÃO AVALIAÇÃO DO MANDATO, LEGISLAÇÃO ELEITORAL E FAUTAS PARA O ENCERRAMENTO DE MANDATO QUE OOCORREU ENTRE OS DIAS 25 A 28 DE JUNHO DE 2024 EM FLORIANÓPOLIS/SC.	1	0,00	R\$ 1.490,00	2	R\$ 2.980,00

**Cálculo do imposto**

Base de Cálculo do ISSQN	Valor do ISSQN	Base de Cálculo ISSQN Subst.	Valor do ISSQN Subst.	Valor Total dos Serviços
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.980,00

**Dados adicionais**

Optantes pelo Simples Nacional. IN RFB n° 1234/2012.

DANFPS-E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

A VALIDADE E AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELETRÔNICA PODERÃO SER COMPROVADAS MEDIANTE CONSULTA À PÁGINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SIMF NA INTERNET, NO ENDEREÇO [portal.pnf.sc.gov.br/sistemas/eletronica](http://portal.pnf.sc.gov.br/sistemas/eletronica). EM VERIFICAR AUTENTICIDADE -> PRODUÇÃO, INFORMANDO O CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 069698A357098A14 E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO EMITENTE NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUÍNTES - CMC: 6167993.

Processo N° 84.24  
Folha N° 21  
Assinatura *flu*

**CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO**

**DANFPS-E**

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica

Numero: 3002

Autorização: 1254922

Emissão: 28/06/2024

Código de Verificação: BD4A-E18F-E84D-4923



AVENIDA RIO BRANCO, 404 , SALA 1203  
CENTRO - FLORIANÓPOLIS - SC - 88.015-203  
CNPJ: 46.415.417/0001-16  
CMC: 616.799-3

**Dados do Tomador**

RREAZÃO SOCIAL ÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU GO			CFPS 9206
NDEREÇO V EMA Q52, -		BARRO/DISTRITO CENTRO	CEP 75.828-000
MUNICÍPIO Chapadão do Céu	UF GO	País BRASIL	CPF/CNPJ/Outros 24.859.340/0001-30 CMC

**Dados do(s) serviço(s)**

Cód. Atividade	(Descrição CNAE) Descrição do Serviço	CST	Aliq.	Valor Unitário	Qtde	Valor Total
8599604	(TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL) REFERENTE A PARTICIPAÇÃO DE DIEGO RODRIGO FAVERO NO CURSO DE CALENDÁRIO ELEITORAL, CONDUTAS VEDADAS, CUIDADOS NA TRANSIÇÃO DE MANDATO E PRESTAÇÃO DE CONTAS NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO QUE OCORREU ENTRE OS DIAS 25 A 28 DE JUNHO DE 2024 EM BRASÍLIA/DF.	1	0,00	R\$ 1.490,00	1	R\$ 1.490,00

**Cálculo do Imposto**

Base de Cálculo de ISSQN	Valor de ISSQN	Base de Cálculo ISSQN Subst.	Valor do ISSQN Subst.	Valor Total dos Serviços
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.490,00

**Dados adicionais**

Optantes pelo Simples Nacional. IN RFB nº 1234/2012.

DANFPS-E - DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

A VALIDADE E AUTENTICIDADE DESTA DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ELETRÔNICA PODERÃO SER COMPROVADAS MEDIANTE CONSULTA À PÁGINA DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SMP NA INTERNET, NO ENDEREÇO [portal.prefeitura.goiania.net/eletronica](http://portal.prefeitura.goiania.net/eletronica). EM VERIFICAR AUTENTICIDADE -> PRODUÇÃO, INFORMANDO O CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: BD4A-E18F-E84D-4923 E O NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO EMITENTE NO CADASTRO MUNICIPAL DE CONTRIBUENTES - CMC: 6167993

Processo N° 84.24  
Folha N° 22  
Assinatura [assinatura]



Processo Nº	84, 24
Folha Nº	23
Assinatura	<i>[Handwritten Signature]</i>

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.**

**TERMO DE AUTUAÇÃO**

PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR MEIO DE INEXIGIBILIDADE DA SOLICITAÇÃO DE COMPRAS Nº 84/2024

**AUTUAÇÃO:** Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, cumprindo o disposto da Lei, eu assessora legislativa procedo a **AUTUAÇÃO** do processo de contratação direta por meio de Inexigibilidade da solicitação de compras nº 84/2024 tendo por objeto a **Contratação da empresa CEAP Brasil – Centro de Estudos da Administração Pública, especializada por ministrar o curso “Orçamento Municipal no Último Mandato”** nos dias 16 a 19 de julho, na cidade de Florianópolis/SC.

Documentos anexados ao processo;

1. Folder do Curso
2. Comprovação da inscrição
3. Comprovação da Notória especialização
4. Três notas fiscais de valores cobrados anteriormente de outros municípios
5. Certidões Negativas da empresa

Solicito à indicação de recursos de ordem orçamentária e disponibilidade financeira para fazer frente à despesa;

E, para constar, lavro e assino o presente termo de autuação, eu, Júlia Gonçalves Charão, assessora legislativa – comissão de planejamento.

São Jerônimo, 09 de julho de 2024.

*[Handwritten Signature]*  
**Júlia Gonçalves Charão**  
**Assessora Legislativa**  
**Comissão de Planejamento**

## CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

Nota de Bloqueio

Nº do Bloqueio: 163/2024

C.N.P.J.: 90.893.439/0001-83

Município: São Jerônimo

Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES DE SAO JERONIMO  
Unidade: 01.01 - PROCESSO LEGISLATIVO  
Funcional: 01.031.0001 - Ação Legislativa  
Projeto/Atividade: 2.361 - GABINETE VEREADOR DIOGO ANDRIGO FERREIRA DE LIMA  
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0501 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA  
Código reduzido: 000045

**Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo.**

Histórico	Data Bloqueio	Edital	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Saldo Atual
	10/07/2024		6.380,00	1.590,00	4.790,00

Citação 84/2024

  
Alessandra Lazzari  
Téc. em Contabilidade  
CRC 90323

Alessandra Lazzari  
Téc. em Contabilidade  
CRC 90323

Processo Nº 84, 24  
Folha Nº 24  
Assinatura: *[Handwritten Signature]*



## CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

Nota de Bloqueio

Nº do Bloqueio : 154/2024

C.N.P.J.: 90.893.439/0001-83

Município: São Jerônimo


Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES DE SAO JERONIMO  
Unidade: 01.01 - PROCESSO LEGISLATIVO  
Funcional: 01.031.0001 - Ação Legislativa  
Projeto/Atividade: 2.355 - GABINETE VEREADOR RENATO DA SILVA FERREIRA  
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0501 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA  
Código reduzido: 000027

**Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo.**

Histórico	Data Bloqueio	Edital	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Saldo Atual
	10/07/2024		3.900,00	1.590,00	2.310,00

citação 84/2024

  
Elisandra Moreira Lanzani  
Téc. em Contabilidade  
CRC 90323

Processo Nº	84/24
Folha Nº	25
Assinatura	

## CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

Nota de Bloqueio

Nº do Bloqueio : 155/2024

C.N.P.J.: 90.893.439/0001-83

Município: São Jerônimo

Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES DE SAO JERONIMO  
Unidade: 01.01 - PROCESSO LEGISLATIVO  
Funcional: 01.031.0001 - Ação Legislativa  
Projeto/Atividade: 2.364 - GABINETE VEREADOR ANTONIO PAULO MACHADO  
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0501 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA  
Código reduzido: 000051

**Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo.**

Historico	Data Bloqueio	Edital	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Saldo Atual
	10/07/2024		5.000,00	1.590,00	3.410,00

licitação 84/2024

  
Elisandra Moreira Lanzarini  
Téc. em Contabilidade  
CRC 90323

Processo Nº 84/24  
Alta Nº 26  
Assinatura epm.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SAO JERONIMO

Exercício de 2024

Nota de Bloqueio

Nº do Bloqueio : 156/2024

C.N.P.J.: 90.893.439/0001-83

Município: São Jerônimo

Órgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES DE SAO JERONIMO  
Unidade: 01.01 - PROCESSO LEGISLATIVO  
Funcional: 01.031.0001 - Ação Legislativa  
Projeto/Atividade: 2.378 - GABINETE VEREADOR AMARO JERONIMO VANTI DE AZEVEDO  
Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00.0501 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA  
Código reduzido: 000054

**Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo.**

Historico	Data Bloqueio	Edital	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Saldo Atual
	10/07/2024		2.970,00	1.590,00	1.380,00

Resolução 84/2024

  
Elisandra Moreira Lanzarini  
Téc. em Contabilidade  
CRC 90323

Processo Nº	84, 24
Ata Nº	27
	



Processo Nº	84/24
Folha Nº	28
Assinatura	<i>[Handwritten Signature]</i>

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

São Jerônimo, 11 de julho de 2024.

Assunto: Pedido de Autorização para Contratação Por Inexigibilidade  
Para: Procuradoria / Agente de Contratação.

Analisando-se o pedido de Contratação de serviços por Inexigibilidade, SOLICITAÇÃO DE COMPRAS Nº 084/2024, preliminarmente, o presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

- 1 - Verificação, se a presente solicitação, está acompanhada de toda a documentação comprobatória da notória especialização da empresa e da equipe técnica responsável na execução dos serviços a serem contratados, documentos que comprovem que a empresa preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima nos termos do artigo 72, V da Lei 14.133/2021, bem como estimativa de despesas com cópia dos contratos ou Notas Fiscais, que comprovam que o valor da contratação é compatível no mercado nos termos do artigo 23 da Lei 14.133/2021;
- 2 - Parecer da Procuradoria desta Casa Legislativa, sobre a legalidade da contratação por meio de inexigibilidade de licitação, bem como minuta do contrato, se for o caso;
- 3 - Parecer do Agente de Contratação designado, a fim de que, se analise, estar presente os requisitos descritos no item 1, considerando-se o parecer da Procuradoria.

Cordialmente,

*Filipe A. de Souza*

**FILIFE ALMEIDA DE SOUZA**  
Presidente da Câmara de Vereadores



Processo N°	84 / 24
Folha N°	29
Assinatura	<i>[Handwritten Signature]</i>

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**PARECER JURÍDICO**

- Solicitação de Compras nº: 084 / 2024

O presente processo foi submetido para análise jurídica e aprovação de possibilidade de contratação direta sem licitação para contratação de empresa especializada para ministrar curso de treinamento.

As contratações públicas são, em regra, precedidas de procedimento licitatório que assegure igualdade de condições a todos concorrentes, por força do que prescreve a Constituição Federal em seu Artigo 37, inciso XXI. A Lei 14.133/21, no entanto, previu casos - também com fundamento nesse dispositivo constitucional - em que o procedimento poderá ser dispensado, ao se tratar das hipóteses de contratação direta (Art. 72 e seguintes). Neste diapasão, a contratação em referência, será realizada por inexigibilidade de licitação, com fulcro no Art. 74, III, alínea C da Lei 14.133/2021.

Como é possível inferir, é inexigível a licitação, quando inviável, a competição e, nesta hipótese em especial, para as contratações de serviços técnicos especializados, de natureza predominantemente intelectual, com profissionais ou empresas de notória especialização, tendo por finalidade o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

Ressalta-se que a própria Lei nº 14.133/21 já estabelece que os serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal são considerados serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e que a notória especialização é a "qualidade de profissional ou de empresa cujo, conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização ou outro requisito relacionado com a atividade, que permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato".

Quanto a justificativa do preço, observamos que a empresa escolhida apresentou preços compatíveis com os praticados no mercado, estando assim dentro do valor de mercado, conforme documentação acostada nos autos, do mesmo objeto da contratação ou semelhante, estando compatível, justificando-se assim o preço proposto pela empresa a ser contratada, atendendo ao disposto do Artigo 23 da Lei 14.133/21.

## Estudo Técnico Preliminar 78/2024

### 1. Informações Básicas

Número do processo: Solicitação 84/2024

Processo Nº	84, 24
Folha Nº	3º
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

### 2. Descrição da necessidade

Para aprimoramento e melhor desempenho dos vereadores nas atividades descrita no objeto. A participação neste curso é fundamental para os mesmos, pois abordam fundamentos do orçamento municipal: revisão dos conceitos básicos e estrutura do orçamento público. Detalhes da loa e LDO como analisar e interpretar a lei orçamentária Anual e a lei de diretrizes orçamentárias. Proposição e gestão de Emendas método para desenvolver e gerenciar emendas eficazes. Fiscalização de orçamento técnico para monitorar a execução do orçamento. Impacto nas eleições no orçamento, compliance e transparência durante período eleitoral.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gabinete Vereador Renato	Vereador Renato
Gabinete Vereador Júlio	Vereador Júlio
Gabinete Vereador Machado	Vereador Machado
Gabinete do Vereador Amaro	Vereador Amaro

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada junto ao sistema SICAF, possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) emitida pelo TST, e estar quite em todas as certidões emitidas com base na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU (Certidões Administração Pública Federal, disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). Deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados e emitir aos servidores participantes, no final do evento, o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático.

Nr Do Item	Previsão Data do Curso
1	16 a 19 de Julho de 2024

### 5. Levantamento de Mercado

Tendo em vista que a contratação de curso é rotineira e comum na administração pública, entendeu-se não ser necessária a realização de audiência pública a fim de definir a solução mais

adequada visando preservar a relação custo-benefício. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento a solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais que melhor atendessem as necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Logo, a aquisição de curso objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Conforme proposta em anexo a este ETP, foi negociado junto à empresa que o preço final a ser cobrado, por inscrição, a Câmara de Vereadores, sendo esse valor fixo e irrevogável, o que demonstra ainda mais vantajosidade na contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

Conforme Art. 74º, Inciso III, f da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Portanto a contratação em questão está atendendo.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades solicitadas são suficientes para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo.

Nr Item	Especificação do Objeto	Apresentação	Qtde Estimada	Cat Mat
01	4 (quatro) Inscrições no Curso: "Orçamento Municipal no "Último Ano de Mandato", ministrado pela empresa CEAP Brasil- Centro de Estudos da Administração Pública, a se realizar nos dias 16 a 19 de julho de 2024, na cidade de Florianópolis/SC para os vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo.	unidade	4	21172

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Item 1** - O valor unitário para a presente contratação é R\$1.590,00 conforme Documento de Formalização de Demanda realizada pelas requisitantes.

**Valor total:** R\$6.360,00

Pesquisa feita pela fonte: Site CEAP Brasil

Processo Nº	84.124
Folha Nº	32
Assinatura	

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 1º art.18 da Lei 14.133/21, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. No entanto, a contratação em tela vislumbra uma única aquisição, que será ofertado em pequena quantidade, dessa forma, não é viável e produtora para a Administração Pública o parcelamento do objeto.

### 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação possui total alinhamento ao Plano Anual de Contratações de 2024, sob o número de Contratação **929911- 98/2024**.

### 12. Resultados Pretendidos


Com esta contratação, pretende-se aprimorar o conhecimento dos vereadores e melhorar o desempenho dos vereadores nas atividades descrita no objeto. A participação neste curso é fundamental para os mesmos, pois abordam fundamentos do orçamento municipal: revisão dos conceitos básicos e estrutura do orçamento público. Detalhes da loa e LDO como analisar e interpretar a lei orçamentária Anual e a lei de diretrizes orçamentárias. Proposição e gestão de Emendas método para desenvolver e gerenciar emendas eficazes. Fiscalização de orçamento técnico para monitorar a execução do orçamento. Impacto nas eleições no orçamento, compliance e transparência durante período eleitoral.

### 13. Providências a serem Adotadas

- Publicação da contratação no PNCP e Diário Oficial do Município, para dar publicidade aos atos praticados, de modo a conferir maior transparência neste processo ainda que se tenha seguido todos os trâmites e adotadas todas as providências previstas em lei;
- Emissão de nota de empenho em nome da empresa a ser contratada;
- Confirmação da inscrição junto à empresa contratada.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbra impactos ambientais decorrentes desta contratação.

Processo N°	84.24
Folha N°	33
Assinatura	



## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a **Presidente da Comissão de Patrimônio e Comissão de Planejamento** apontam como viável esta aquisição considerando a essencialidade da demanda, a natureza comum dos itens, a manifestação suficiente de fornecedores no mercado, e pelo fato da solução apontada revelar-se calcada nos normativos que regem a matéria, resguardando assim a imprescindível legalidade e o interesse público. Por fim, o atendimento desta demanda será por meio de inexigibilidade, conduzida pela que se encontra aberta para manifestação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**JULIA GONCALVES CHARAO**

Assessora Legislativa



Assinou eletronicamente em 10/07/2024 às 09:47:54.

Processo Nº	84.24
Folha Nº	34
Assinatura	

Processo N°	84/24
Folha N°	35
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

## Termo de Referência 81/2024

### Informações Básicas

Número de artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
81/2024	929911-CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÓNIMO - RS	JULIA GONCALVES CHARAO	11/07/2024 11:08 (v 2.0)
Status	ASSINADO		

### Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados Serviço não-continuado	98/2024	Solicitação 84/2024

### 1. Definição do objeto

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação por Inexigibilidade de Licitação para quatro inscrições e participações no "Curso: "Orçamento Municipal no "Último Ano de Mandato", a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 16 e 19 de Julho de 2024, em Florianópolis /SC, para os Vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATMAT/ CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Quatro inscrições e participações no "Curso: "Orçamento Municipal no "Último Ano de Mandato", a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 16 e 19 de Julho de 2024, em Florianópolis /SC, para os Vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva,	21172	4	Unidade	R\$1.590,00	R\$6.360,00

	Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo (presencial).					
--	---	--	--	--	--	--

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) contados da emissão de Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 O custo estimado total da contratação é de R\$6.360,00 conforme Documento de Formalização de Demanda realizado pelas requisitantes.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seu quantitativo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexado ao processo de contratação.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade

4.1. Não foram encontrados critérios de sustentabilidade para o referido serviço a ser contratado.

#### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista a especificidade do serviço.

Nr Item	Período do Curso
01	16 a 19 de julho

Processo N°	84, 24
Folha N°	37
Assinatura	

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução contratual se dará com as participações no "Curso: "Orçamento Municipal no "Último Ano de Mandato", a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 16 e 19 de Julho de 2024, em Florianópolis/SC, para os Vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. O local do evento será no Castelmar Hotel e Eventos - Rua Felipe Schmidt, 1260 - Centro, Florianópolis - SC, 68010-002

#### Especificação da garantia do serviço

5.4. Não será exigida garantia para o referido serviço.

#### Procedimentos de transição e finalização do Contrato

5.5 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

#### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Fiscalização (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);
- 6.7. A fiscal de contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.8. A fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 6.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.
- 7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.2.1. não produzir os resultados acordados;
- 7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Processo N°	84,24
Folha N°	39
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

7.3.1. O pagamento da presente contratação deverá ser realizado, ao final do serviço prestado (final do curso/seminário), quando da emissão da nota fiscal em nome da empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16

7.3.2. Comprovação da execução do curso por meio da apresentação dos certificados de participação e demais documentos (caso necessário);

### Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

processo N°	84 / 24
folha N°	40
assinatura	<i>[Assinatura]</i>

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, f, da Lei n.º 14.133/2021.

### **Regime de execução**

8.2. A execução contratual se dará com as participações no "Curso: "Orçamento Municipal no "Último Ano de Mandato". a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 16 e 19 de Julho de 2024, em Florianópolis/SC, para os Vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### **Exigências de habilitação**

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Processo N.º	84 / 24
Folha N.º	12
Assinatura	<i>[assinatura]</i>

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação Jurídica:

8.15. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.16. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.18. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.20. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.22. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida

Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Técnica

8.32. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.32.1. Apresentação de no mínimo 03 (três) Atestado de capacidade técnica e/ou comprovação de contratação similar fornecido por entidades públicas e/ou privadas;

8.33. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.35. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos (caso necessário).

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.360,00

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$6.360,00** (Seis Mil, trezentos e sessenta reais).

**10. Adequação orçamentária****10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Orgão: 01 - CAMARA DE VEREADOES DE SÃO JERONIMO

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto /Atividade: 2361- Gabinete Vereador Julio

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Código reduzido: 45

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto /Atividade: 2355- Gabinete Vereador Renato

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Código reduzido: 27

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto /Atividade: 2354- Gabinete Vereador Machado

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Código reduzido: 51

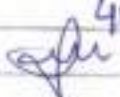
Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto /Atividade: 2378- Gabinete Vereador Amaro

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Processo Nº	84 / 24
Folha Nº	44
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

Processo N°	84, 24
Folha N°	45
Assinatura	

Código reduzido: 54

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**JULIA GONCALVES CHARAO**

Assessora Legislativa



Assinou eletronicamente em 11/07/2024 às 11:08:30.



Processo Nº	84/2024
Folha Nº	46
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.**  
**ANÁLISE Nº 106/2024**

Solicitação de Compras	84/2024
DFD	113/2024
Contratação	929911 98/2024
ETP	78/2024
TR	81/2024

**Agente de Apoio Responsável**

Vanessa Oliveira de Souza Faleiro

**Análise do Plano Anual de Contratações**

O objeto desta contratação esta descrito no DFD 113/2023 originalmente vinculado à contratação 90040/2023, já constante no PCA deste órgão. Trata-se de item planejado de forma geral para o órgão e a cada contratação é necessária a formação de uma nova contratação.

**Parâmetros para Compra**

Valor da Contratação:	1.390,00
Nota Fiscal 1	1.490,00
Nota Fiscal 2	1.490,00
Nota Fiscal 3	1.490,00

Comissão de Compras apresentou 03 notas fiscais da empresa CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTAO - CNPJ 48.415.417/0001-16 com outras entidades, comprovando o valor unitário da proposta esta de acordo com a realidade do mercado.

**Diligências efetuadas**

(x) Existe divergência entre ETP E TR. Quais: Solicito correção do valor da contratação o valor correto é 1390,00 (ETP e TR)

(X) SICAF( consultar dentro do Compras), caso conste alguma certidão vencida consultar nos site oficiais ou solicitar a empresa.

(X) CNAE( consultar CNPJ na Receita Federal [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva\\_Solicitacao.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_Solicitacao.asp)), não seguir com o processo caso a empresa não tenha atividade na área.

(X)CEIS( consultar CNPJ <https://certidoes.cgu.gov.br/>)

Este procedimento deve ser feito pela Comissão de Apoio



Processo Nº	84.024
Folha Nº	47
Assinatura	<i>[Handwritten Signature]</i>

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.**

Entendendo desta forma nenhum impedimento para a contratação baseado na Compra Direta por Inexigibilidade Lei 14.133 artigo 74, III, f – Serviços Técnicos Especializados - Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

São Jerônimo, 11 de julho de 2024.

Comissão de Apoio



Processo Nº	84,24
Folha Nº	48
Assinatura	[Assinatura]

## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 46.415.417/0001-16  
Razão Social: CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 30/11/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Micro Empresa

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com \*\*\* está(ão) com prazo(s) vencido(s).  
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.  
Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	23/11/2024	Automática
FGTS	Validade:	20/07/2024	Automática
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	26/11/2024	Automática

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	09/01/2024 (*)
Receita Municipal	Validade:	08/03/2024 (*)

##### V - Qualificação Técnica



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA**

CPF/CNPJ: **46.415.417/0001-16**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

*Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.*

*O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).*

*O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.*

Certidão emitida às 15:20:07 do dia 11/07/2024, com validade até o dia 10/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: 3wrljo3QzaehneNm91f0

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

Processo N°	84, 24
Data N°	19
Assinatura	[Assinatura]





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.415.417/0001-16 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 16/05/2022
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL  
CEAP BRASIL SOLUCOES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LIMITADA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
85.99-5-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet  
66.21-5-02 - Auditoria e consultoria atuarial  
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica  
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente  
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente  
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (Dispensada \*)  
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
AV RIO BRANCO

NÚMERO  
404

COMPLEMENTO  
SALA 1203

CEP  
88.015-203

BARRIO/DISTRITO  
CENTRO

MUNICÍPIO  
FLORIANOPOLIS

UF  
SC

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
ADMINISTRATIVO@CEAPBRASIL.COM

TELEFONE  
(48) 3204-6843

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
16/05/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

(\*) A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da legislação própria encaminhada ao CGSIM pelos entes federativos, não tendo a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 11/07/2024 às 15:19:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Processo Nº 84.24  
Folha Nº 50  
[Assinatura]

## Estudo Técnico Preliminar 78/2024

### 1. Informações Básicas

Número do processo: Solicitação 84/2024

Processo Nº	84, 24
Folha Nº	52
Assinatura	[Assinatura]

### 2. Descrição da necessidade

Para aprimoramento e melhor desempenho dos vereadores nas atividades descrita no objeto. A participação neste curso é fundamental para os mesmos, pois abordam fundamentos do orçamento municipal: revisão dos conceitos básicos e estrutura do orçamento público. Detalhes da loa e LDO como analisar e interpretar a lei orçamentária Anual e a lei de diretrizes orçamentárias. Proposição e gestão de Emendas método para desenvolver e gerenciar emendas eficazes. Fiscalização de orçamento técnico para monitorar a execução do orçamento. Impacto nas eleições no orçamento, compliance e transparência durante período eleitoral.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Gabinete Vereador Renato	Vereador Renato
Gabinete Vereador Júlio	Vereador Júlio
Gabinete Vereador Machado	Vereador Machado
Gabinete do Vereador Amaro	Vereador Amaro

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A empresa contratada deverá estar devidamente cadastrada junto ao sistema SICAF, possuir a documentação obrigatória atualizada (INSS, Receita Federal, FGTS Certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT) emitida pelo TST, e estar quite em todas as certidões emitidas com base na Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, emitida pelo TCU (Certidões Administração Pública Federal, disponível em: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>). Deverá disponibilizar pessoal técnico qualificado ao atendimento dos serviços contratados e emitir aos servidores participantes, no final do evento, o certificado de realização do curso, com carga horária, período de realização e conteúdo programático.

Nr Do Item	Previsão Data do Curso
1	16 a 19 de Julho de 2024

### 5. Levantamento de Mercado

Tendo em vista que a contratação de curso é rotineira e comum na administração pública, entendeu-se não ser necessária a realização de audiência pública a fim de definir a solução mais

adequada visando preservar a relação custo-benefício. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento a solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais que melhor atendessem as necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa. Logo, a aquisição de curso objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Conforme proposta em anexo a este ETP, foi negociado junto à empresa que o preço final a ser cobrado, por inscrição, a Câmara de Vereadores, sendo esse valor fixo e irrevogável, o que demonstra ainda mais vantajosidade na contratação.

## 6. Descrição da solução como um todo

Conforme Art. 74º, Inciso III, f da Lei nº 14.133 de 1º/04/2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Portanto a contratação em questão está atendendo.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades solicitadas são suficientes para suprir as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo.


Nr Item	Especificação do Objeto	Apresentação	Qtde Estimada	Cat Mat
01	4 (quatro) Inscrições no Curso: "Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato", ministrado pela empresa CEAP Brasil- Centro de Estudos da Administração Pública, a se realizar nos dias 16 a 19 de julho de 2024, na cidade de Florianópolis/SC para os vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo.	unidade	4	21172

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Item 1** - O valor unitário para a presente contratação é R\$1.390,00 conforme Documento de Formalização de Demanda realizada pelas requisitantes.

**Valor total:** R\$5.560,00

Pesquisa feita pela fonte: Site CEAP Brasil

Processo Nº	84 24
Folha Nº	52
Assinatura	

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, conforme § 1º art.18 da Lei 14.133/21, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. No entanto, a contratação em tela vislumbra uma única aquisição, que será ofertado em pequena quantidade, dessa forma, não é viável e produtivo para a Administração Pública o parcelamento do objeto.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação possui total alinhamento ao Plano Anual de Contratações de 2024, sob o número de Contratação **929911- 98/2024**.

## 12. Resultados Pretendidos

Com esta contratação, pretende-se a aprimorar o conhecimento dos vereadores e melhorar o desempenho dos vereadores nas atividades descrita no objeto. A participação neste curso é fundamental para os mesmos, pois abordam fundamentos do orçamento municipal: revisão dos conceitos básicos e estrutura do orçamento público. Detalhes da loa e LDO como analisar e interpretar a lei orçamentária Anual e a lei de diretrizes orçamentárias. Proposição e gestão de Emendas método para desenvolver e gerenciar emendas eficazes. Fiscalização de orçamento técnico para monitorar a execução do orçamento. Impacto nas eleições no orçamento, compliance e transparência durante período eleitoral.

## 13. Providências a serem Adotadas

- Publicação da contratação no PNCP e Diário Oficial do Município, para dar publicidade aos atos praticados, de modo a conferir maior transparência neste processo ainda que se tenha seguido todos os trâmites e adotadas todas as providências previstas em lei;
- Emissão de nota de empenho em nome da empresa a ser contratada;
- Confirmação da inscrição junto à empresa contratada.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram impactos ambientais decorrentes desta contratação.

Processo Nº	84,24
Folha Nº	53
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Após todas as considerações registradas nos itens anteriores, a **Presidente da Comissão de Patrimônio e Comissão de Planejamento** apontam como viável esta aquisição considerando a essencialidade da demanda, a natureza comum dos itens, a manifestação suficiente de fornecedores no mercado, e pelo fato da solução apontada revelar-se calcada nos normativos que regem a matéria, resguardando assim a imprescindível legalidade e o interesse público. Por fim, o atendimento desta demanda será por meio de inexigibilidade, conduzida pela que se encontra aberta para manifestação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**JULIA GONCALVES CHARAO**

Assesora Legislativa



Assinou eletronicamente em 12/07/2024 às 09:50:29.

Processo Nº	84.24
Folha Nº	54
Assinatura	

## Termo de Referência 81/2024

Processo Nº 84, 24  
 Folha Nº 55  
 Assinatura: [assinatura]

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
81/2024	929911-CAMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO - RS	JULIA GONCALVES CHARAO	12/07/2024 09:53 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados Serviço não-continuado	98/2024	Solicitação 84/2024

## 1. Definição do objeto

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação por Inexigibilidade de Licitação para quatro inscrições e participações no "Curso: "Orçamento Municipal no "Último Ano de Mandato". a ser realizado pela empresa CEAP Brasil , inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 16 e 19 de Julho de 2024, em Florianópolis /SC, para os Vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição do Item (Objeto)	CATMAT/ CATSER	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Quatro inscrições e participações no "Curso: "Orçamento Municipal no "Último Ano de Mandato". a ser realizado pela empresa CEAP Brasil , inscrita no CNPJ nº 46.415.417 /0001-16, no período de 16 e 19 de Julho de 2024, em Florianópolis /SC, para os Vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva,	21172	4	Unidade	R\$1.390,00	R\$5.560,00

Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo (presencial).					
---	--	--	--	--	--

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) contados da emissão de Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.3 O custo estimado total da contratação é de R\$5.560,00 conforme Documento de Formalização de Demanda realizado pelas requisitantes.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seu quantitativo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexado ao processo de contratação.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade


4.1. Não foram encontrados critérios de sustentabilidade para o referido serviço a ser contratado.

#### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista a especificidade do serviço.

Processo N°	84/24
Folha N°	56
Assinatura	

Nr Item	Período do Curso
01	16 a 19 de julho

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de execução

5.1. A execução contratual se dará com as participações no "Curso: "Orçamento Municipal no "Último Ano de Mandato", a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 16 e 19 de Julho de 2024, em Florianópolis/SC, para os Vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### Local e horário da prestação dos serviços

5.2. O local do evento será no Castelmar Hotel e Eventos - Rua Felipe Schmidt, 1260 - Centro, Florianópolis - SC, 88010-002

#### Especificação da garantia do serviço

5.4. Não será exigida garantia para o referido serviço.

#### Procedimentos de transição e finalização do Contrato

5.5 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. Modelo de gestão do contrato

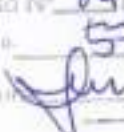
### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

#### Fiscalização

Processo Nº	84.24
Folha Nº	57
Assinatura	



6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Fiscalização (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput);

6.7. A fiscal de contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.8. A fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.9. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.10. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.11. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.12. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.13. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

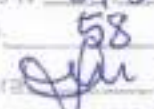
7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados;

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Processo Nº	84.24
Folha Nº	58
Assinatura	
	4 de 11

Processo N°	84.24
Folha N°	59
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>

7.3.1. O pagamento da presente contratação deverá ser realizado, ao final do serviço prestado (final do curso/seminário), quando da emissão da nota fiscal em nome de empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16

7.3.2. Comprovação da execução do curso por meio da apresentação dos certificados de participação e demais documentos (caso necessário);

### Liquidação

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.17.1. o prazo de validade;

7.17.2. a data da emissão;

7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.17.5. o valor a pagar; e

7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à

inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Processo Nº	84.24
Folha Nº	060
Assinatura	[Assinatura]

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso III, f, da Lei n.º 14.133/2021.

### Regime de execução

8.2. A execução contratual se dará com as participações no "Curso: "Orçamento Municipal no "Último Ano de Mandato", a ser realizado pela empresa CEAP Brasil, inscrita no CNPJ nº 46.415.417/0001-16, no período de 16 e 19 de Julho de 2024, em Florianópolis/SC, para os Vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado e Amaro Azevedo nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

### Exigências de habilitação

8.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.8. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.14. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

#### Habilitação Jurídica:

8.15. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.16. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.17. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pi-br/empreendedor/>;

8.18. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.20. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.21. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.22. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.23. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.24. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida

Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.26. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.27. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.29. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.30. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.31. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

8.32. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.32.1. Apresentação de no mínimo 03 (três) Atestado de capacidade técnica e/ou comprovação de contratação similar fornecido por entidades públicas e/ou privadas;

8.33. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

8.35. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos (caso necessário).

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

Valor (R\$): 5.560,00

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$5.560,00 (Cinco Mil, quinhentos e sessenta reais).

Processo Nº	84, 24
Folha Nº	63
Assinatura	

**10. Adequação orçamentária****10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Processo N°	84, 24
Folha N°	64
Assinatura	

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Orgão: 01 - CAMARA DE VEREADORES DE SÃO JERONIMO

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto /Atividade: 2361- Gabinete Vereador Julio

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Código reduzido: 45

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto /Atividade: 2355- Gabinete Vereador Renato

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Código reduzido: 27

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto /Atividade: 2364- Gabinete Vereador Machado

Fonte de Recursos: 01

Elemento de Despesa: 339039

Código reduzido: 51

Unidade: 01 - PROCESSO LEGISLATIVO

Projeto /Atividade: 2378- Gabinete Vereador Amaro

Fonte de Recursos: 01

UASG 929911

Elemento de Despesa: 339039

Código reduzido: 54

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**JULIA GONCALVES CHARAO**

Assessora Legislativa

 Assinou eletronicamente em 12/07/2024 às 09:53:38.

Processo Nº	84.24
Folha Nº	65
Assinatura	





Processo Nº	84, 24
Folha Nº	66
Assinatura	<i>[Handwritten Signature]</i>

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO**

**FILIFE ALMEIDA DE SOUZA**, presidente de Câmara Municipal de São Jerônimo e ordenador de despesas, no uso de suas atribuições que lhe são conferidos pela lei:

Considerando a necessidade de contratação de empresa para Ministrar o Curso requerido na Solicitação de Compras 084/2024.

Considerando a escolha da empresa CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA, CNPJ 46.415.417/0001-16, pelo valor global de R\$ 5.560,00 pelas 04 (quatro) inscrições.

Considerando a existência do interesse público, recursos financeiros e orçamentários para contratação dos serviços. E de conformidade com o parecer técnico do agente de contratação e parecer jurídico pela legalidade da contratação direta nos termos do art. 74, inciso III, "c", da Lei Federal nº 14.133/2021.

Autorizo a contratação da CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA, CNPJ 46.415.417/0001-16, para execução dos serviços requeridos e determino que o setor responsável lavre o competente instrumento de contrato, se for o caso, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com o art. 176, parágrafo único, inciso I da Lei Federal 14.133/2021.

São Jerônimo, 15 de julho de 2024.

*Filife A. de Souza*  
**FILIFE ALMEIDA DE SOUZA**  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

De Acordo:

*[Handwritten Signature]*  
**Petronio Weber**  
Procurador Jurídico



Processo ..	84.24
Folha nº	67
Assinatura	

**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.**  
**PARECER TÉCNICO FINAL**

Eu, Elissandra Moreira Lanzarini, agente de contratação nomeada pela Portaria nº 42/2024, no uso de minhas atribuições, verifiquei que consta no processo:

**1- O OBJETO:** Aquisição de 04 inscrições no Curso: Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato, nos dias 16 a 19 julho para vereadores Julio Cesar Ribeiro da Silva, Renato Ferreira, Antonio Paulo Machado, Amario Jeronimo Vanti de Azevedo.

**2- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** A inexigibilidade de licitação tem como fundamento o artigo 74, inciso III, "F", da Lei Federal 14.133/2021.

**3 - DO PREÇO:** O preço global estimado para contratação é de R\$ 5.560,00( Cinco mil, quinhentos e sessenta reais) preço compatível com o de mercado, conforme Notas Fiscais que constam nos autos.

**4- DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Para aprimoramento e melhor desempenho dos vereadores nas atividades descrita no objeto. A participação neste curso é fundamental para os mesmos, pois abordam fundamentos do orçamento municipal: revisão dos conceitos básicos e estrutura do orçamento público. Detalhes da loa e LDO como analisar e interpretar a lei orçamentária Anual e a lei de diretrizes orçamentárias. Proposição e gestão de Emendas método para desenvolver e gerenciar emendas eficazes. Fiscalização de orçamento tecnico para monitorar a execução do orçamento. Impacto nas eleições no orçamento, compliance e transparencia durante periodo eleitoral.

**5- DA JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE e NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO:** Devido à ampla competência e conhecimento técnico do corpo docente da empresa, onde a **competição é inviável**, constata-se que foi anexada documentação suficiente para confirmação da **notória especialização**, como atestados de capacidade técnica, certificados de graduação, pós graduação, bem como de cursos técnicos condizentes ao objeto, conforme artigo 74, III, "F", da Lei 14.133/2021, justificando-se a contratação direta através da inexigibilidade de licitação, uma vez que não há obrigatoriedade de realização de certame licitatório.

**6- DA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DO PROCESSO:** Quanto ao documento de formalização de demanda e autorização da autoridade competente para a abertura do processo de contratação, verifica-se devidas as formalizações anexadas.



Processo N°	84.04
Folha n°	08
Assinatura	[Assinatura]

## RIO GRANDE DO SUL

### CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.

**7-DA RAZÃO DA ESCOLHA E JUSTIFICATIVA DO PREÇO:** Verificou-se que a empresa a ser contratada é uma tradicional prestadora de serviços do objeto deste processo. A empresa é renomada e atua de forma exemplar em diversos municípios, sem nada que desabone sua conduta. Urge mencionar que restou comprovada ainda a notória especialização da empresa e dos profissionais responsáveis por ministrar o treinamento, bem como comprovada sua situação regular no que diz respeito a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, além de apresentar valores praticados no mercado, o que justifica sua escolha.

Quanto à justificativa do preço, observamos que a empresa escolhida apresentou preços compatíveis com os praticados no mercado, estando assim **dentro do valor de mercado**, conforme diversos contratos acostados nos autos, do mesmo objeto desta contratação, **estando compatível**, justificando assim o preço proposto pela empresa a ser contratada, atendendo ao disposto no artigo 23 da Lei 14.133/2021.

**8- A EMPRESA ESCOLHIDA:** A escolhida foi a CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA

**9- DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA:** A empresa vencedora apresentou os documentos que comprovam que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínimas. Registra-se que foi efetuada a pesquisa no SICAF, onde mostra que a empresa esta cadastrada. Pesquisado a certidão CEIS e não constam registros de penalidades. Foi também consultado CNAE, onde mostra que a empresa possui cadastro compatível para a atividade.

**10- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** O Setor de Contabilidade informou que as despesas com a contratação correrão:

#### 01 CAMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO

##### 0101 PROCESSO LEGISTIVO

2361 GABINETE VEREADOR DIOGO ANDRIGO FERREIRA DE LIMA

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

2355 GABINETE VEREADOR RENATO DA SILVA FERREIRA

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

2364 GABINETE VEREADOR ANTONIO PAULO MACHADO

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

2378 GABINETE VEREADOR AMARO JERONIMO VANTI DE AZEVEDO

3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA



**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.**

**11- DA CONCLUSÃO:** Diante o exposto, entendo estar presente os requisitos para que a contratação ocorra por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, "F" da Lei Federal 14.133/2021.

Sendo assim, entendo que não há impedimento legal para o acolhimento da postulação da presente inexigibilidade.

Na esperança de ter respondido o solicitado, aproveito a oportunidade para externar protestos de estima e consideração.

São Jerônimo, 12 de julho 2024.

Elissandra Moreira Lanzarini  
**Agente de Contratação**

Processo N°	84/24
Folha N°	69
Assinatura	



**RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JERÔNIMO.**

**EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**  
**PROCESSO Nº 84/2024**  
**INEXIGIBILIDADE Nº26/2024**

Filipe Almeida de Souza, presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art., 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo e Inexigibilidade, em especial, o parecer técnico e jurídico, autorizo a contratação da empresa **CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTAO PUBLICA LTDA**, pelo valor global de R\$ 5.560,00 (Cinco mil quinhentos e sessenta reais) Objeto: Aquisição de 04 inscrições no Curso: Orçamento Municipal no Ultimo Ano de Mandato, de 16 a 19 de julho de 2024. Para Vereadores Julio Cesar Ribeiro Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado, Amaro Jeronimo Vanti de Azevedo. Valor Unitário R\$ 1.390,00. Com fundamento no art. 72 c/c artigo 74, III "F" da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Jerônimo, 15 de julho de 2024.

*Filipe Almeida de Souza*  
**Filipe Almeida de Souza**  
**Presidente da Câmara**

Processo Nº	84/24
Folha Nº	70
Assinatura	<i>[Assinatura]</i>



## SEÇÃO II – PODER LEGISLATIVO

### EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PROCESSO Nº 67/2024 DISPENSA LICITAÇÃO Nº 38/2024

Filipe Almeida de Souza, presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art., 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo e Dispensa Licitação, em especial, o parecer técnico e jurídico, autorizo a contratação da empresa 31.195.553 MATEUS HENRIQUE SCHMIDT, pelo valor global de R\$ 1.140,00 (mil cento e quarenta reais). Objeto: Item 1- Aquisição de 600 unidades de Água Mineral Natural Tipo: Sem Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável Material Garrafa 500ML. Valor Unitário R\$ 0,80. Item 2- Aquisição de 600 unidades de Água Mineral Natural Tipo: Com Gás, Material Embalagem: Plástico, Tipo Embalagem: Descartável Material Garrafa 500 ML. Valor Unitário R\$ 1,10. Com fundamento no art. 72 c/c artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Jerônimo, 12 de julho de 2024.

Filipe Almeida de Souza  
Presidente da Câmara

### EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO PROCESSO Nº 84/2024 INEXIGIBILIDADE Nº 26/2024

Filipe Almeida de Souza, presidente da Câmara Municipal de São Jerônimo, no uso suas atribuições que lhe são conferidos por Lei, em cumprimento ao parágrafo único do art., 72 da Lei 14.133/2021, e considerando toda documentação que consta nos autos do processo administrativo e Inexigibilidade, em especial, o parecer técnico e jurídico, autorizo a contratação da empresa CEAP BRASIL SOLUÇÕES EDUCACIONAIS PARA GESTÃO PÚBLICA LTDA, pelo valor global de R\$ 5.560,00 (Cinco mil quinhentos e sessenta reais) Objeto: Aquisição de 04 inscrições no Curso Orçamento Municipal no Último Ano de Mandato, de 16 a 19 de julho de 2024. Para Vereadores Julio Cesar Ribeiro Silva, Renato Ferreira, Antônio Paulo Machado, Amaro Jerônimo Vanti de Azevedo. Valor Unitário R\$ 1.390,00. Com fundamento no art. 72 c/c artigo 74, III "F" da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Jerônimo, 15 de julho de 2024.

Filipe Almeida de Souza  
Presidente da Câmara

### TERMO DE RETIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 25/2024

Filipe Almeida de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Jerônimo, no uso de suas atribuições legais, resolve retificar a INEXIGIBILIDADE nº 25/2024 publicada em 15/07/2024, onde lê Com fundamento no art. 72 c/c artigo 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, o correto é art. 72 c/c artigo 74, III "F" da Lei Federal nº 14.133/2021.

São Jerônimo, 16 de julho de 2024.

Filipe Almeida de Souza  
Presidente da Câmara de Vereadores

Processo Nº	84,24
Folha Nº	71